



**UFOP**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO**

**LÍVIA DOS REIS GERALDO**

**UMA ABORDAGEM MACROECONOMICA DO GOVERNO LULA 2003 A  
2010**

**MARIANA, MG**

**2019**

**LÍVIA DOS REIS GERALDO**

**UMA ABORDAGEM MACROECONOMICA DO GOVERNO LULA 2003 A  
2010**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas

**Orientador:** Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

**MARIANA**  
**DEECO / ICSA / UFOP 2019**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Lívia dos Reis Geraldo**

**Uma abordagem macroeconômica do governo Lula: 2003 a 2010**

Membros da banca

André Mourthé de Oliveira - Doutor - UFOP  
Paulo Roberto de Oliveira - Pós-Doutor - UFOP  
Daniel do Val Cosentino - Doutor - UFOP

Versão final  
Aprovado em 09 de dezembro de 2019

De acordo

Dr. André Mourthé de Oliveira - Orientador



Documento assinado eletronicamente por **Andre Mourthe de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/12/2019, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0029747** e o código CRC **71D54159**.

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204188/2019-79

SEI nº 0029747

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço em primeiro lugar a Deus por toda sabedoria concebida durante toda a minha caminhada. Por sempre está me iluminando.

Agradeço aos meus pais por toda força e por não medirem esforços para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço ao meu orientador e grande professor Dr. André Mourthé de Oliveira, por toda força, conhecimento e confiança que depositou em mim.

Aos demais professores do curso Ciência Econômica muito obrigada por toda dedicação. Cada um de vocês contribuiu de alguma maneira para chegar aonde cheguei.

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto e tenho orgulho de ter estudado nesta grande instituição.

Agradeço aos meus irmãos e as minhas sobrinhas por tudo. Aquela muito obrigada.

Aos meus familiares pela contribuição que cada um teve para que eu chegasse aonde cheguei. E em especial aqueles que nunca duvidaram da minha capacidade.

Agradeço em especial aos meus grandes amigos: Marina, Nathalia, Thaís, Maria Laura, Marco Tulio, Emanuely, Regiane e claro a Danilo e ao meu grande parça de jantar Saulo que estiveram do meu lado durante toda a caminhada.

Aos “Economigos” muito obrigada e aquele abraço.

E claro ao agradeço a todos que contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. E hoje me torna uma economista.

## RESUMO

O presente texto vem analisar por meio de dados socioeconômicos e textos literários as principais medidas que tomadas durante todo governo Lula. Retomando rapidamente ao governo anterior, FHC, analisaremos algumas medidas como o tripé macroeconômico (meta de inflação, câmbio flutuante e metas de superávit fiscal). O que levou ao déficit na Balança de Pagamento. Em seguida faremos uma abordagem macroeconômica e histórica política durante o governo Lula. Como que o Brasil nos anos 2003 - 2010 se transformaram em um país menos desigual, mais estável. Como o governo Lula alcançou alguns dados: como elevação das reservas internacionais, controle da inflação, queda acentuada dos juros, flexibilidade cambial, redução da pobreza e diminuição da desigualdade. Qual a principal política fiscal e monetária foi adotada por detrás deste feito. Qual foi a postura do Brasil durante a crise de 2008. Durante o trabalho foi feito uma avaliação da política socioeconômica do governo Lula; o que mudou em relação aos governos anteriores? Se as políticas do governo Lula melhoraram vários indicadores socioeconômicos?

**Palavras-chave:** Lula; política fiscal; política monetária; economia.

## **ABSTRACT**

This text comes to analyze through socioeconomic data and literary texts the main measures taken throughout the Lula administration. Returning briefly to the previous government of FHC, we will look at some measures such as the macroeconomic tripod (inflation target, floating exchange rate and fiscal surplus targets, which led to the Balance of Payment deficit). Next, we will take a macroeconomic and historical political approach to the Lula administration, the transformation process of Brazil, in the years 2003 - 2010, into a less unequal and more stable country, and the conquest of some numbers, such as the increase of international reserves, inflation control, sharp interest rates, exchange rate flexibility, poverty reduction and inequality reduction. What are the main fiscal and monetary policies behind this achievement? What was Brazil's stance during the 2008 crisis? During the work, an assessment of the Lula administration's socioeconomic policy was made: what has changed in relation to previous governments? Did Lula's government policies improve socioeconomic indicators?

**Keywords:** Squid; fiscal policy; monetary policy; economy.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	8
LISTA DE QUADROS .....	10
1. INTRODUÇÃO .....	11
2. O GOVERNO FHC 1995/2002.....	14
3. LULA	
3.1Lula 1ºmandato.....	21
3.2 Lula 2ºmandato.....	28
3.3Crise internacional.....	38
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
REFERÊNCIAS .....	43

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> - Inflação no Brasil em 1994 - 1996 IPC (anual).....	14
<b>FIGURA 2</b> - Saldo em conta corrente anos 1993 - 1999 - em US\$ 10 milhões.....	15
<b>FIGURA 3</b> - Taxa de desemprego na população de 10 ou mais anos de idade no Brasil em 1993, 1998 e 2003.....	16
<b>FIGURA 4</b> - PIB do Brasil 1993- 2000.....	20
<b>FIGURA 5</b> - Taxa de inflação no Brasil anos 2001 - 2006 (IPC).....	21
<b>FIGURA 6</b> - PIB do Brasil anos 2000 – 2004.....	22
<b>FIGURA 7</b> - Índice de GINI do Brasil anos 2001 - 2009.....	26
<b>FIGURA 8</b> - Índice de rendimento médio real do trabalho habitual no Brasil, média móvel de 12 meses(jul/2002=100).....	28
<b>FIGURA 9</b> - Taxa de desocupação no Brasil, média móvel de 10 meses (em % da PEA).....	29
<b>FIGURA 10</b> - Índice do PIB per capita real no Brasil(2002=100).....	29
<b>FIGURA 11</b> - Famílias beneficiadas pelo programa da bolsa família 2003, 2006 e 2010.....	30
<b>FIGURA 12</b> - Crescimento de rendimento médio mensal real de todos os trabalhos de 2004 a 2011 (por percentil de distribuição de renda) .....	31
<b>FIGURA 13</b> - Percentual de indivíduos na pobreza no Brasil.....	31
<b>FIGURA 14</b> - PIB 2000 - 2012.....	32
<b>FIGURA 15</b> - Proporção de pessoas baixa renda no Brasil anos 1993, 1998, 2003 e 2008.....	36
<b>FIGURA 16</b> - Taxa de desemprego na população de 10 ou mais anos de idade no Brasil anos 1993, 1998, 2003 e 2008.....	36

<b>FIGURA 17 - Desigualdade econômica do Brasil (GINI).....</b>	<b>37</b>
<b>FIGURA 18 - PIB das economia mundiais no período da crise.....</b>	<b>38</b>

## LISTA DE QUADRO

<b>QUADRO 1</b> -Saldo da balança comercial .....	19
<b>QUADRO 2</b> - Representação de alguns dados macroeconômicos.....	25

## INTRODUÇÃO

O sucesso do Plano Real e o fim do regime de alta inflação influenciou a vitória nas urnas 1994. Com isto sobe ao poder Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em contra partida a estrutura da reconstrução da base econômica estava distante de obter sucesso. Passaria a ganhar êxito no governo Petista.

De acordo com Teixeira e Pinto (2012, pag. 4):

Em uma conferência em Washington, publicada no caderno Mais! da Folha de S. Paulo em 28 de maio de 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC-1995) corretamente colocou o desenvolvimento como sendo “o mais político dos temas econômicos” Não obstante, seu governo foi o que consolidou a falsa visão, difundida pela teoria econômica ortodoxa, de que a condução da política macroeconômica era uma questão técnica que deveria ser isolada dos debates políticos.

“O governo FHC, caracterizando a nova forma da dependência externa que se estabelece e se consolida em seu governo e a configuração do bloco no poder que será herdada pelo governo Lula. “(TEIXEIRA E PINTO, 2012, pag. 4)

Ressalta – se um ponto 1999, no qual o governo teve que implantar o tripé econômico. O tripé baseava em três políticas: câmbio flutuante, metas de inflação e metas de superávit fiscal.

O Brasil já sentia impactos da âncora cambial. Uma vez que o Banco Central (BC) mantinha o câmbio fixo, ou seja, estabelecia um preço a fim de evitar a desvalorização da moeda. O BC não conseguiu manter a política uma vez que o aumento por dólares aumentava, diminuindo suas reservas. Diante disto foi alterada a política de câmbio fixo passa – se para o câmbio flutuante. A balança de pagamento vinha sofrendo as consequências.

O período do FHC também foi marcado por desarranjos econômicos. Houve déficit conta corrente, queda do PIB, aumento da dívida interna e externa, risco do retorno da hiperinflação e aumento na taxa de desemprego.

Ao decorrer a campanha presidencial de 2002, o Brasil acabou sofrendo um

ataque especulativo. No qual acarretou uma depreciação do real, elevou de forma substancial o prêmio de risco pago pelos títulos do país e reduziu a entrada líquida de capital externo na economia (TEIXEIRA E PINTO, 2012)

O ataque aconteceu quando a macroeconomia estava vulnerável. Visto que, em 2002 a dívida líquida do setor público era elevada e fortemente indexada ou a taxa básica de juros ou à taxa de câmbio. O Brasil não dispunha de reservas internacionais, levando em conta que dos 38 bilhões de dólares disponíveis no Banco Central do Brasil (BCB), 21 bilhões condizia ao empréstimo do governo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI). (TEIXEIRA E PINTO, 2012). O governo FHC ficou registrado com um déficit em saldo em conta corrente. Em seus dois mandatos não apresentou nenhum superávit.

Agravando ainda mais o cenário, com a depreciação do real trouxe um aumento da inflação, passando de 7,7%, em 2001, para 12,5% em 2002. Ocorreu também de forma acelerada uma alteração negativa nas finanças públicas do país, com um crescente aumento da dívida líquida do setor público, de 52% do PIB, no final de 2001, para 60% do Produto Interno Bruto (PIB), no final de 2002. O que representou um cenário de descontrole macroeconômico bem oposto do que podemos referir como “herança bendita” (TEIXEIRA E PINTO, 2012).

Os primeiros anos dos governos Lula (2003- 2006), já apresentaram dados animadores como crescimento médio do Brasil era quase o dobro em relação ao segundo mandato do FHC. O PIB cresceu em média 3,5% (2003-2006) e 4,6% (2007-2010).

Durante o período Lula observaram melhoras nos indicadores econômicos. Elevação reservas internacionais, uma menor vulnerabilidade externa, controle inflacionário, ampliação do crédito (físico e jurídico), controle fiscal, queda acentuada dos juros, aumentou a flexibilidade cambial, houve uma redução dívida/PIB, aumento do financiamento habitacional, redução da pobreza e a redução desigualdade social. O governo foi marcado por políticas sociais. Tais políticas melhoram a economia e os indicadores econômicos. Como por exemplo, a Bolsa

Família a redistribuição de renda devolveu ao cidadão a dignidade e para a economia a circulação de renda trouxe retornos positivos para economia. De acordo com IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a cada R\$ 1 investido pelo governo nessa área corresponde a R\$ 1,85 de aumento na atividade econômica.

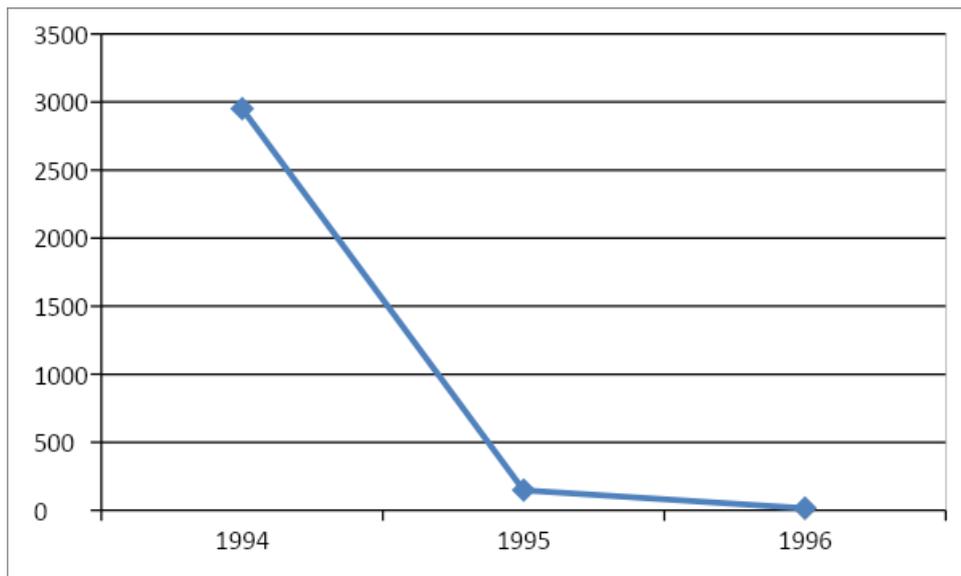
Após o final do mandato Lula, podemos observa que o Brasil ganhou um novo formato, de acordo com Teixeira e Pinto (2012, pág. 71).

Dez anos depois o Brasil é outro país. O crescimento da economia acelerou, a inflação foi controlada, a dívida líquida do setor público caiu em relação ao PIB, o país acumulou um volume considerável de reservas internacionais e ganhou autonomia na condução de sua política econômica. Mais importante nos últimos dez anos o Brasil conseguiu gerar um volume expressivo de empregos, com aumento sustentável dos salários reais e inclusão de milhões de pessoas no mercado de trabalho formal e na sociedade de consumo de massa, formando o que vários analistas hoje chamam de “nova classe média” Brasileira.

## O GOVERNO FHC – 1995/2002

FHC foi eleito graças ao bom desempenho do Plano Real, no qual combateu a hiperinflação. Podemos analisar na figura 1 que após o Plano Real ser implantado 1º de julho de 1994, a inflação apresenta uma queda. Ou seja, FHC assumiu a presidência em um cenário otimista.

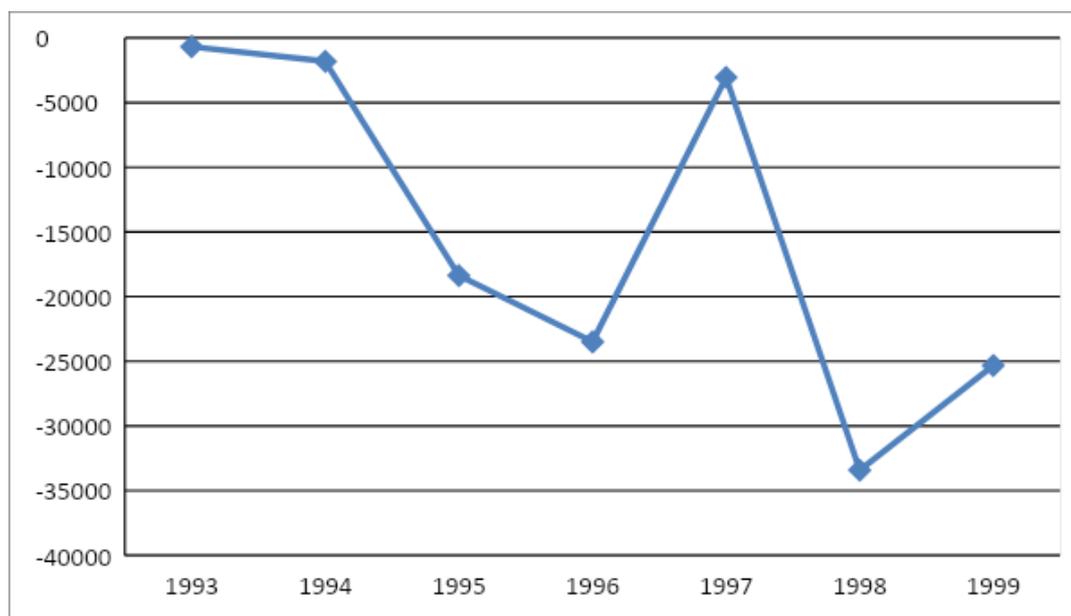
**FIGURA 1:** Inflação no Brasil em 1994 - 1996 IPC (anual)



FONTE: inflationn.eu para anos 1994 a 1996

De acordo com Gouveia (2005) a primeira fase do real (1994-1998), ficou marcada pela tentativa de um ajuste fiscal e pela âncora cambial. O ajuste fiscal implicaria que o governo não emitiria mais papel moeda para arcar com suas despesas sendo assim não impulsionaria a inflação. O câmbio fixo vinha da teoria em que se fixasse o preço do dólar estimularia as importações e com isto aumentaria a concorrência dos produtos estrangeiros com os nacionais. Essa medida ajudou a combater a inflação, mas em contrapartida causou um desequilíbrio na balança de pagamento. A âncora cambial reduziu a capacidade do Banco Central (BC), de realizar política monetária e aumentou a taxa de dívida pública.

**FIGURA 2:** Saldo conta corrente anos 1993 – 1999 – em US\$10 milhões



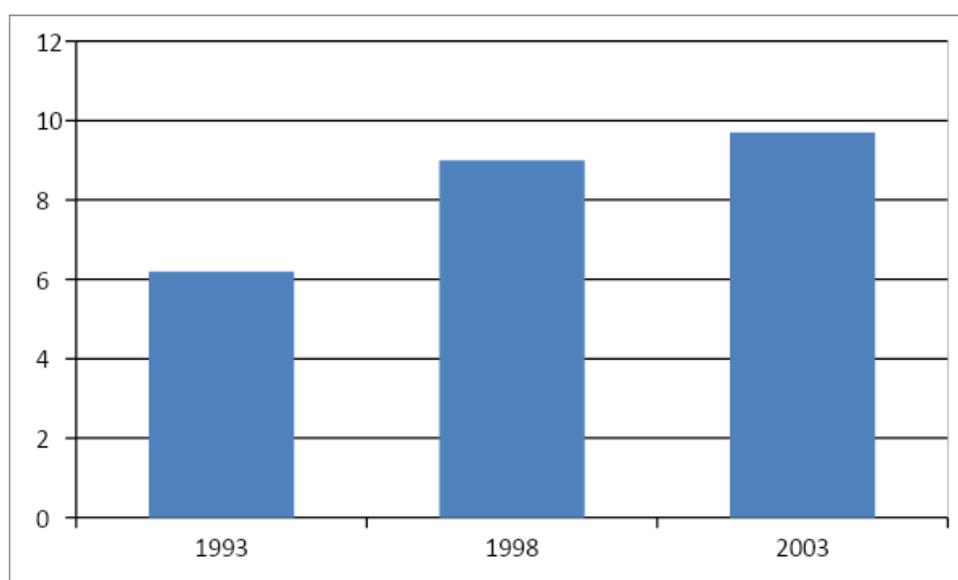
FONTE: Elaborada pela autora. Base de dados retirado do livro ordem e progresso. 1993 – 1999.

A instabilidade econômica do Brasil não foi somente por conta da dívida, juros, outro problema estaria na base do tripé macroeconômico o câmbio. Com o câmbio apreciado implicaria no aumento do endividamento externo. Como observado durante o câmbio fixo o déficit das contas corrente, ou seja, a dívida pública só aumentava. No início do ano de 1999 houve a mudança deixou de ser âncora cambial e passou para câmbio flutuante. Iremos nos aprofundar mais a diante.

Ficou evidenciado que, ao longo dos oitos anos de precedência do Fernando Henrique Cardoso (FHC), as reformas feitas predominavam de forma ampla aquelas aconselhadas pelo chamado Consenso de Washington. Esse governo apresentava dois planos de ações, o primeiro eliminava o poder de planejamento e intervenção do Estado, como por exemplo, através de privatizações, reformas pró-mercado, abertura comercial e financeira; e o segundo abordava os juros e restrição dos gastos correntes, através de uma política econômica ortodoxa. (TEIXEIRA E PINTO, 2012).

Era esperado que estas reformas levassem ao desenvolvimento. Porém, não foi isto o ocorrido. Elas na realidade conduzem a um cenário de vulnerabilidade macroeconômica permanente e ao padrão de crescimento *stop and. GO*, dada à alta instabilidade externa da economia no período, sensível às perturbações do mercado financeiro internacional, no qual correspondiam com a elevação dos juros e a contenção de gastos e investimentos públicos. Isso levou à explosão tanto da dívida pública externa quanto a interna. O que gerou elevado desemprego, baixas taxas de crescimento, deterioração fiscal, queda da formação bruta de capital da economia como porcentagem do PIB, entre 1995 e 2002. (TEIXEIRA E PINTO, 2012). Um dos marcos negativo do governo FHC foi à taxa de desemprego.

**FIGURA 3:** Taxa de desemprego na população de 10 ou mais anos de idade Brasil em 1993, 1998 e 2003.



Fonte: Ripsa - Anos 1993, 1998 e 2003.

No contexto de dominância financeira a forma pela qual o governo FHC se inseriu no mercado externo representou subordinada do Brasil na economia mundial. Gerando um novo conceito de relações de dependência. Ainda segundo, Teixeira e Pinto (2012, p.11):

Enquanto o otimismo de FHC era visto como a principal fonte de dinamismo econômico para os países periféricos, nos anos 1990, a situação econômica

mundial e o papel da periferia para os fluxos internacionais de capital haviam mudado de modo radical. Diante da financeirização da acumulação capitalista, conceito que passa a ter presença cada vez mais forte nas análises econômicas marxista e pós-keynesianas nos anos 1990 e 2000, os países periféricos não são mais vistos primordialmente como oportunidades para investimentos produtivos, mas como plataformas de valorização financeira, recebendo então a denominação de “mercados emergentes”. Neste contexto, as reformas liberalizantes de FHC, baseadas em uma transposição de sua noção de desenvolvimento dependente-associado, formulado nos anos 1960 e 1970, para os anos 1990, conduziram não a um novo ciclo de investimentos e crescimento econômico, mas sim a uma dependência financeira externa ou, em termos pós-keynesianos, a uma fragilidade financeira externa e à instabilidade macroeconômica permanentes, diante de fluxos internacionais de capitais cada vez mais expressivos e voláteis.

Ressalta – se respaldo ideológico e de interesses do mercado financeiro doméstico e do mercado financeiro internacional. Este último, no qual, até mesmo decisivo das instituições-chave do sistema financeiro internacional, o Banco Mundial e o FMI, que estabeleciam as políticas ortodoxas ao Brasil e outras economias através das condições postas aos empréstimos e socorro às crises nos países periféricos. (TEIXEIRA E PINTO, 2012).

No período entre 1994 e início dos anos 2000, o Brasil se encontrava refém de constantes ameaças de fuga de capital e crise cambial, bem como as exigências e as condições do empréstimo do FMI. O que concedeu aos grupos ligados aos mercados financeiros tanto domésticos e internacionais um poder esplêndido em relação à condução da política econômica, em perda de trabalhadores do setor privado, funcionalismo público e mesmo de outros setores das elites domésticas unido ao setor produtivo. (TEIXEIRA E PINTO, 2012).

Devido esta crise cambial e outros fatores de desarranjo macroeconômicos em 1999 o governo de FHC implantou o que chamamos de tripé macroeconômico.

Na época o Brasil seguia o regime de câmbio fixo, o que estava gerando problemas com o direcionamento da política econômica. Ou seja, o governo determinava o valor da sua moeda em relação à moeda estrangeira, o mercado percebeu que este valor era artificial. Com isto continuaram comprando moeda estrangeira. Em contrapartida o Banco Central a fim de equilibrar as contas vendia moeda estrangeira. Até que chegou ao ponto limite em que estava sendo bem custoso para o governo fazer este tipo de operação

**QUADRO 1:** Saldo da balança comercial

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO BALANÇA COMERCIAL
1993	38,60	25,66	12,94
1994	43,55	33,11	10,44
1995	46,50	49,66	-3,17
1996	47,75	53,30	-5,55
1997	52,99	61,26	-8,27
1998	51,12	57,59	-6,47
1999	48,01	49,27	-1,26
2000	55,09	55,78	0,70
2001	58,18	55,58	2,60
2002	60,14	47,05	13,09
2003	73,08	48,28	24,80

FONTE: Dados advfn para 1993 - 2003

De acordo com Gouveia (2005) a mudança trouxe insegurança, pois havia medo que a inflação voltasse. O instrumento usado foi à taxa de juros que chegou a

marcar 43,35, o que implicava a preocupação do governo com saída abundante de dólares devido à mudança cambial. Com isto o governo fez algumas medidas políticas como a implementação LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), que tinha como foco controlar endividamento da dívida pública e retomar a capacidade de investimento do setor público criar ferramentas de recursos financeiros a mais para o para o pagamento de juros da dívida pública e contribuindo, em seguida, para o combate à fragilidade externa.

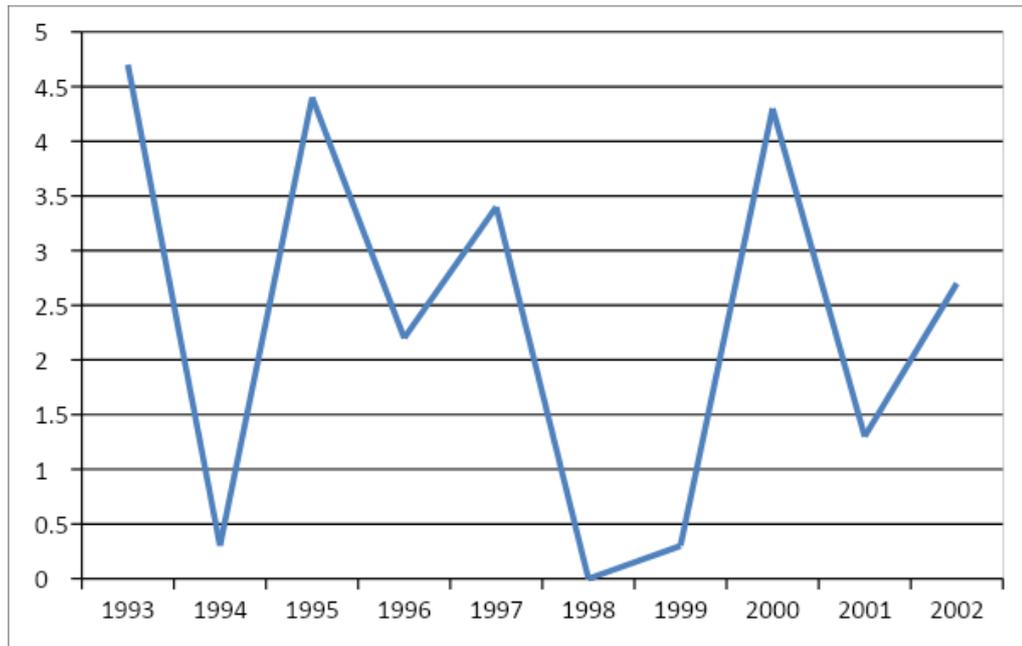
De acordo com Teixeira e Pinto (2012), nessa configuração, na qual a fração bancário-financeira ocupa a hegemonia do bloco no poder, é que o Partido dos Trabalhadores assumirá a presidência da república em 2003.

“O bloco no poder é a expressão da configuração datada das relações entre as classes dominantes em seus desenlaces no Estado capitalista”. (TEIXEIRA E PINTO 2012, p.12). Com isto e ainda diante de acordo com Teixeira e Pinto (2012), o bloco no poder e sua dinâmica histórica se movimenta no plano das práticas políticas de classe. O que irá diferir a cena política, uma vez, delimita-se ao campo dos partidos políticos.

Teixeira e Pinto (2012) ainda complementam: “para que uma classe ou fração consiga controlar os centros de poder do Estado, é preciso muito mais do que uma simples vitória eleitoral”.

Contudo se levarmos em conta os anos de 1994 a 2002 observamos um agravamento no endividamento tanto interno quanto externo. No qual impactou no país na sua reduzida taxa de crescimento econômico como mostrado no quadro 4. Durante os dois mandados houve um déficit público como no quadro 3.

**FIGURA 4:** PIB do Brasil 1993 – 2002



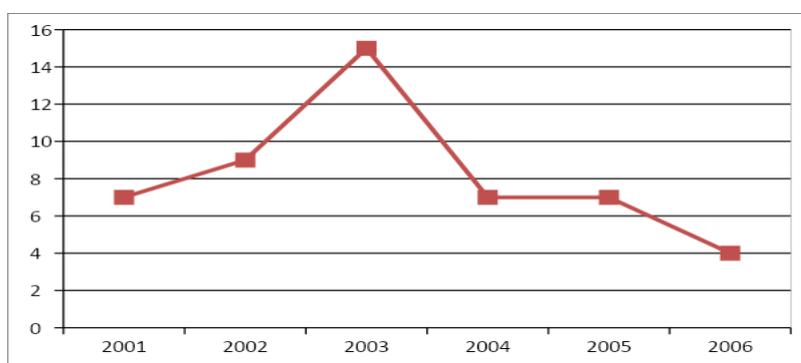
FONTE: Base de dados IBGE para 1993 – 2002.

## LULA 1º MANDATO

O foco inicial do governo Lula era a recuperação da estabilidade tanto monetária quanto fiscal. Como forma de combater a inflação e a taxa de câmbio, o Banco Central do Brasil (BCB), elevou a taxa Selic. Já no âmbito fiscal numa tentativa de diminuir o crescimento da dívida pública e o risco de insolvência do país, o governo teve que aumentar sua meta de resultado primário. Estas ações causaram impactos positivos, ou seja, aumentou as expectativas de mercados em relação ao fortalecimento da economia ocasionando uma redução na taxa de câmbio e no prêmio de risco do Brasil. As medidas restritivas ainda impactaram de forma negativa sobre o PIB, uma vez, que ocorreu uma queda no nível de atividade econômica. Ao longo de 2003 a taxa de inflação mudou de tendência e começou a cair devido à desaceleração do crescimento da economia e a apreciação da taxa de câmbio. (BARBOSA, 2013)

O gráfico abaixo mostra a queda da inflação ao longo do ano de 2003, reflexo da queda do PIB naquele ano que apresentou o 1º trimestre 3,6% e fechou o ano 1,1%.

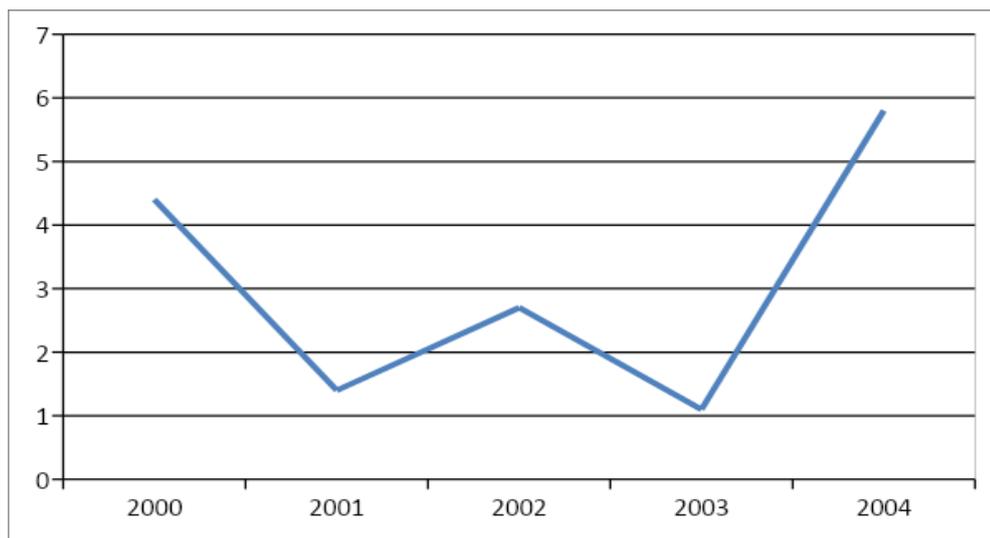
**FIGURA 5:** Taxa de inflação no Brasil anos 2001 - 2006 (IPC)



FONTE: inflation.eu

Em 2004 o cenário macroeconômico iniciou uma melhora, no momento em que o PIB acelerou seu crescimento para 5,7%. Esta aceleração se deu tanto pela elevação no saldo comercial do Brasil com o resto do mundo quanto pela elevação do consumo e do investimento domésticos. (BARBOSA, 2013)

**FIGURA 6:** PIB do Brasil nos anos 2000 - 2004



FONTE: Base de dados do IBGE para 2000 - 2005

A expansão da economia em 2004 deve o apoio de uma ação iniciada em 2003, a redução da taxa de juros e pela expansão do volume de crédito. Dando partida a marca da política econômica dos últimos dez anos. (BARBOSA, 2013)

Após a vulnerabilidade macroeconômica de 2002 e dos ajustes monetários e fiscais de 2003, a economia em 2004 aparenta ter engrenado. Esta melhora se deu pelo crescimento provocado pelo investimento e pelas exportações e uma significativa melhora nos indicadores fiscais. (BARBOSA, 2013)

Especialmente em 2004, o governo alterou seu tributo, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), no qual começou a ter um efeito não cumulativo em relação a grande maioria das parcelas dos setores da

economia. (BARBOSA, 2013) O principal tributo indireto do governo COFINS, foi alterado exclusivamente em 2004. Gerando assim um efeito não cumulativo sobre a maior parte dos setores da economia. (BARBOSA, 2013).

Houve um aumento nas expectativas de inflação de 2005, uma vez que no começo do governo as perspectivas do mercado e das autoridades econômicas expansão econômica Brasileira era de crescimento de 3,5% ao ano, só que a taxa de crescimento era de mais 5% em 2004. (BARBOSA, 2013)

No final de 2004 o BCB aumentou a Selic como forma de solução ao aumento das expectativas de inflação. Ele continuou com esta postura até início de 2005. O BCB tomou esta postura com a finalidade provocar uma rápida desinflação na economia, na concepção do aumento da taxa de câmbio (na qual, em termos históricos se encontrava elevada) e na desaceleração do crescimento do PIB.(BARBOSA, 2013)

Na área fiscal, o governo reagiu à ação do BCB com um novo aumento do seu resultado primário, de maneira a dar seguimento à redução do endividamento público em uma situação na qual o crescimento era mais lento da economia e taxa de juros real era mais elevada. (BARBOSA, 2013)

Mesmo com as preocupações do governo, no final de 2005 a inflação registrou 5,7%, apresentando declínio de aproximadamente dois pontos percentuais comparado ao ano anterior. (BARBOSA, 2013)

Levando em conta intervalo entre os anos de 2003 e 2005, houve uma queda da inflação e um crescimento da economia que acelerou consideravelmente. Se for expresso em números temos os comparativos dos anos de 1999 e 2002 no qual o PIB cresceu de 2,1% para 3,3% nos anos de 2003 a 2005, no qual a inflação declinou em média de 8,7% para 7,5%ao ano neste mesmo período. Este resultado se deu em consequência à apreciação da taxa de câmbio que se encontrava depreciada no final de 2002. (BARBOSA, 2013)

Do lado fiscal, a média anual do resultado primário do governo federal passou de 1,9% do PIB, entre 1999 e 2002, para 2,5%, entre 2003 e 2005, ou seja, um ajuste fiscal de 0,6% do PIB. Essa elevação substancial do superávit primário, somado à redução da taxa de câmbio e à aceleração do crescimento da economia, fez com que a dívida líquida do setor público caísse substancialmente em apenas três anos, isto é: de 60% do PIB, em 2002, para 48% do PIB, em 2005. No sentido contrário, a taxa de juro real continuou elevada apesar da queda da inflação e da melhora no quadro fiscal. Considerando as médias anuais, a Selic real passou de 10,2% ao ano, entre 1999 e 2002, para 11,2%, de 2003 a 2005, o que revela a prioridade dada à rápida redução da inflação no início do governo Lula. Essa desinflação ocorreu em conjunto com uma pequena redução na taxa de desemprego, que caiu de 10,5% no final de 2002 para 8,3% no final de 2005. (Barbosa 2013, p.73)

Devido ao cenário externo que se encontrava em situação favorável, acarretou em uma melhoria do desempenho interno da economia Brasileira. No qual diminui a fragilidade das finanças internacionais do país. (BARBOSA, 2013)

Um fato representativo que fortaleceu as contas externas deu – se no final de 2005, no momento em que o governo Lula optou por acabar com sua dívida junto ao FMI, através de um único pagamento de 23 bilhões de dólares. Este episódio foi um marco essencial, econômico e político, uma vez que a partir deste fato o governo Lula marca uma nova fase na qual o Brasil teria mais independência para guiar suas decisões de política econômica. (BARBOSA, 2013)

Em paralelo à estabilização da economia, o governo Lula também realizou duas importantes reformas entre 2003 e 2005: uma minirreforma tributária, que elevaria a receita da União nos anos seguintes, e uma reforma da previdência, que estabilizaria o peso da aposentadoria dos servidores públicos no orçamento da União.[...] o Congresso Nacional aprovou a proposta da pequena reforma tributária do governo federal, [...]. O principal efeito dessa minirreforma tributária foi elevar a arrecadação do governo federal nos anos seguintes, tanto em termos reais quanto em

relação ao PIB. PREVIDENCIA O principal resultado dessas medidas foi estabilizar o déficit do regime de previdência dos servidores públicos em relação ao PIB da economia nos anos seguintes. (BARBOSA 2013 p, 73;74)

**QUADRO 2:** Representando alguns dados macroeconômicos

	<b>2003</b>	<b>2004</b>
<b>JUROS</b>	26,5%	16%
<b>INFLAÇÃO</b>	9,3%	7,6%
<b>BALANÇA DE PAGAMENTO</b>	13,1 BILHÕES DE DÓLARES*	33,6 BILHÕES DE DÓLARES
<b>EXPORTAÇÕES</b>	60,4 BILHÕES DE DÓLARES	96,5 BILHÕES DE DOLAES
<b>CONTA DE CORRENTE</b>	-1,7%	~2%
<b>PIB</b>	1,2%	5,7%

FONTE: Elaborada pela autora com dados extraídos do livro ordem e progresso 2012, para 2003 – 2004.

\*Refere –se ao ano de 2002.

O quadro acima representa a rápida melhora da economia no início do primeiro mandato do governo Lula. Primeiramente apontar a queda na taxa de juros foi reflexo das aprovações de emendas que já vinha sofrendo desgaste como tributária e a previdenciária. Logo o nível de incertezas foi caindo e um forte aperto da política monetária refletiu sobre a inflação causando a queda no ano de 2003 de 26,5% para 16% em 2004. Em 2003 a economia apresentou um crescimento de 1,2% já 2004 mesmo com o crescimento de 5,7%, não foi empecilho para que houvesse uma queda na inflação no ano de 2003 para 2004 de 9,3% para 7,6% respectivamente. A economia se fortaleceu refletindo assim nas contas externa, houve um crescimento nas exportações de 2003 para 2004 representou um crescimento de aproximadamente 36,1 bilhões. Elevação do saldo da balança de pagamento de 13,1 bilhões de dólares em 2002 para 33,6 bilhões de dólares,

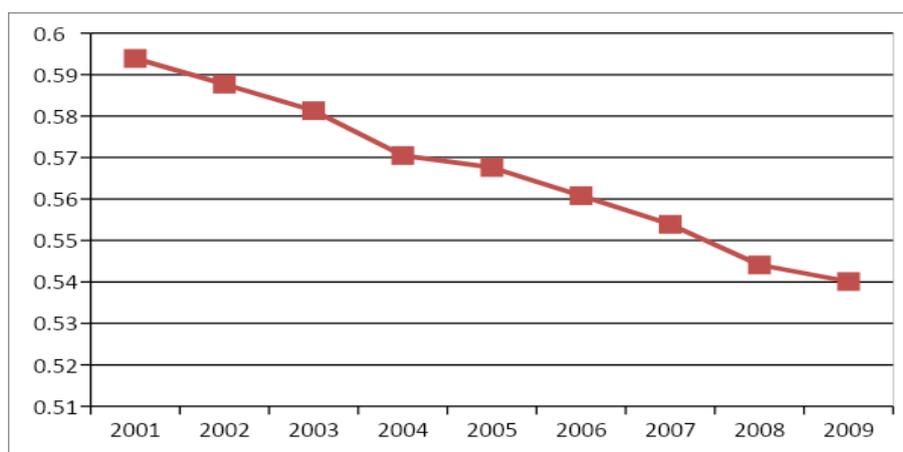
possibilitou com que o déficit na conta corrente fosse convertido de -1,7% para aproximadamente 2% em 2004 (WERNECK, 2014)

Nos anos de 2004 e 2005 apontados dois reformas financeiras, que auxiliaram a expansão do crédito nos anos seguintes. A Lei da Falência em 2004 e a “crédito consignado”. (BARBOSA, 2013)

Para marcar o final do seu primeiro mandato, o governo Lula, mesmo em período de ajuste macroeconômico, criou um programa de combate à pobreza, apoiado no aumento das transferências de renda às famílias carentes. Já no início de 2003 foi introduzido o programa fome zero. Porém nos anos 2004 e 2005 houve um aperfeiçoamento no programa de combate à pobreza, em um único programa Bolsa Família. (BARBOSA, 2013).

Os programas sociais sempre foi pauta do governo. Desde campanha eleitoral 2002 o governo apresentava preocupação em diminuir a pobreza extrema. O aperfeiçoamento e a implantação do programa Bolsa família no final de 2003 serviram de amparo para conseguir diminuir a desigualdade. O que já pode ser observado de acordo com o quadro abaixo, a queda no índice de GINI durante o mandato do Lula implica numa queda da taxa de desigualdade.

**FIGURA 7:** Índice de GINI do Brasil anos 2001 - 2009



FONTE: DATASUS para 2001 – 2009

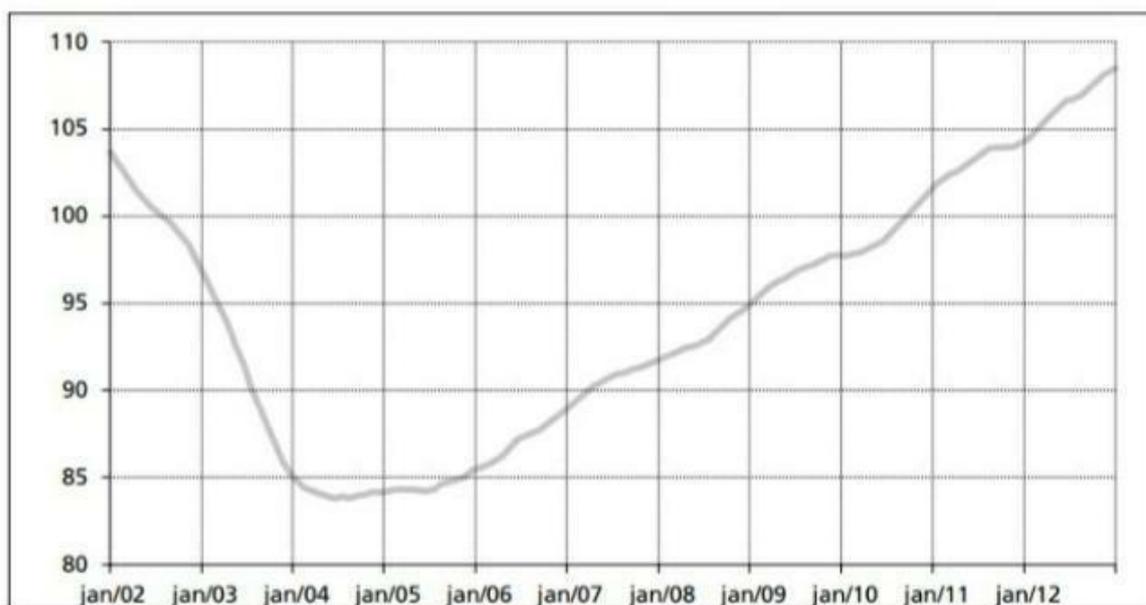
Reflexo das inúmeras políticas adotadas até então pelo governo Lula a partir de 2003, puderam ser colhidas por vários anos. O governo Lula chegou ao final do seu primeiro mandato podendo se vangloriar da taxa de inflação anual de 3,1% e dos 3 anos de grande crescimento econômico. Apresentando também uma taxa média de crescimento do PIB de 2004 para 2006 de quase 4,3%, o que auxiliou sua reeleição em 2006.

## LULA2º MANDATO

No começo do ano de 2006, o governo adotou política macroeconômica expansionista tanto fiscal como monetária. Em relação ao valor real do salário-mínimo o governo proporcionou um aumento recorde e manteve esta postura nos anos seguintes, com a política de longo prazo de valorização do salário-mínimo. Em relação à infraestrutura, o governo ampliou os investimentos. Inicialmente com a Operação Tapa-buraco de 2006 e depois com Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir de 2007. (BARBOSA, 2013)

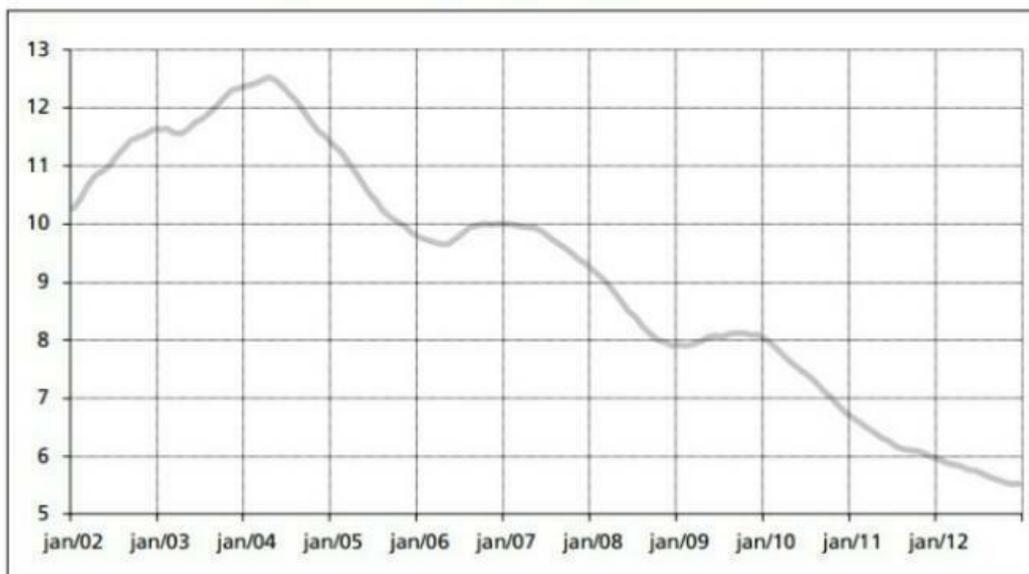
Durante o período de 2006 – 2008, o governo implantou política valorização salário mínimo. “Esta política determinava segundo Barbosa (2013, p.79) :” reajustes anuais de acordo com a inflação, com defasagem de um ano, e o crescimento do PIB da economia, com defasagem de dois anos”. Como a economia teve um bom desempenho logo houve um salário-mínimo.

**FIGURA 8:** Índice de rendimento médio real do trabalho habitual no Brasil, média móvel de 12 meses (jul/2002=100)



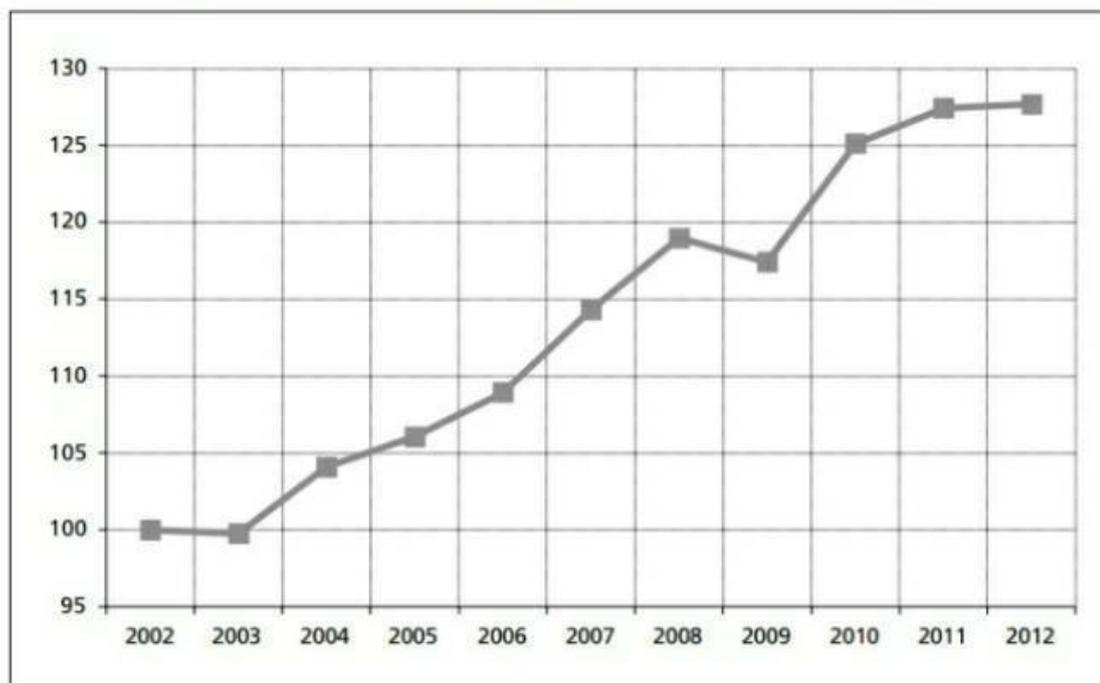
FONTE: Retirada do texto Barbosa (2013, p.96) para 2002 – 2012.

**FIGURA 9:** Taxa de desocupação no Brasil, média móvel de 10 meses (em % da PEA)



FONTE: Retirada do texto Barbosa (2013, p.97) para 2002 – 2012.

**FIGURA 10:** Índice do PIB per capita real no Brasil (2002 = 100)



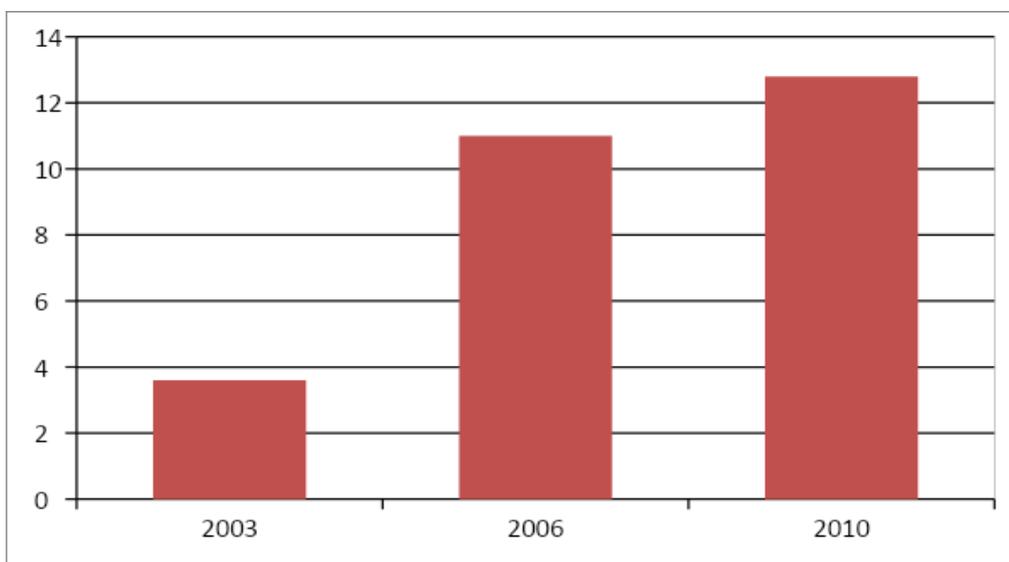
FONTE: Retirada do texto Barbosa (2013, p.98) para 2002 – 2012.

A figura 8 nos leva ao feito importante durante o período Lula, a forte expansão dos salários reais. Foi acompanhada como mostra na figura 9 por uma queda na taxa de desemprego. O que impacta no PIB per capita como observada na figura 10.

Voltando ao ponto da expansão dos salários reais, observa –se que no ano de 2003 no início do governo ainda se apresentava em queda. Pode ser atribuído a alta da inflação e o lento crescimento.

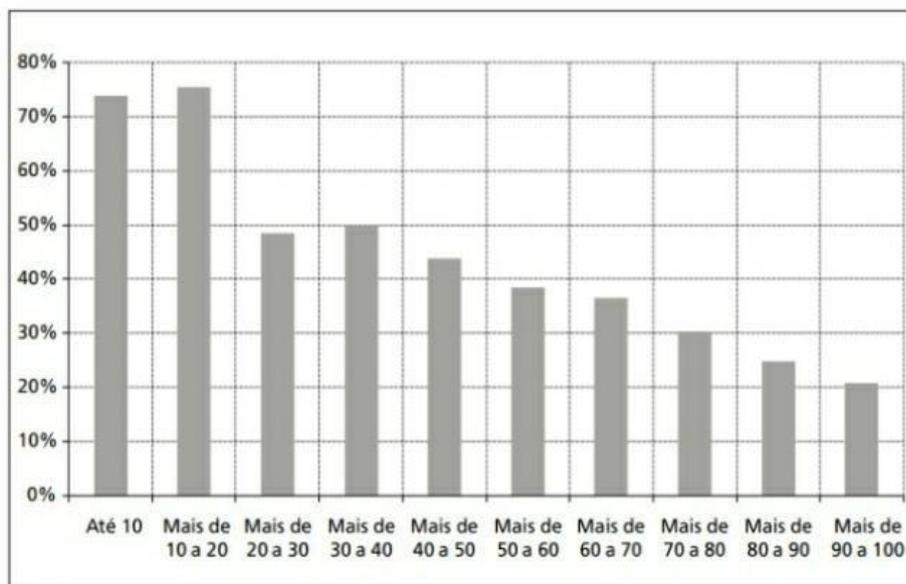
No campo fiscal, o governo contratou novos funcionários e houve uma elevação real nos salários, implantando assim partir de 2006 um prolongado programa de reestruturação de carreiras e valorização do funcionalismo público. No campo social de combate à pobreza também ocorreu algumas ampliações como o número maior de famílias atendidas pelo Bolsa Família e um reajuste no valor. (BARBOSA, 2013)

**FIGURA 11:** Famílias beneficiada pelo programa da Bolsa família anos 2003, 2006 e 2010.



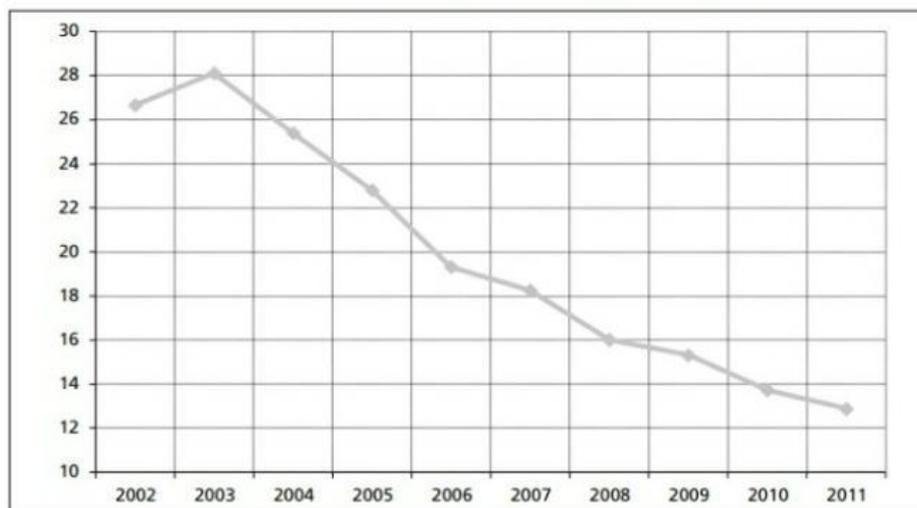
Fonte: extraída do livro ordem e progresso para 2003, 2006 e 2010.

**FIGURA 12: CRESCIMENTO DO REDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DE 2004 A 2011 (POR PERCENTIL DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA)**



FONTE: Retirada do texto Barbosa (2013, p.98).

**FIGURA 13: PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS NA POBREZA NO BRASIL**



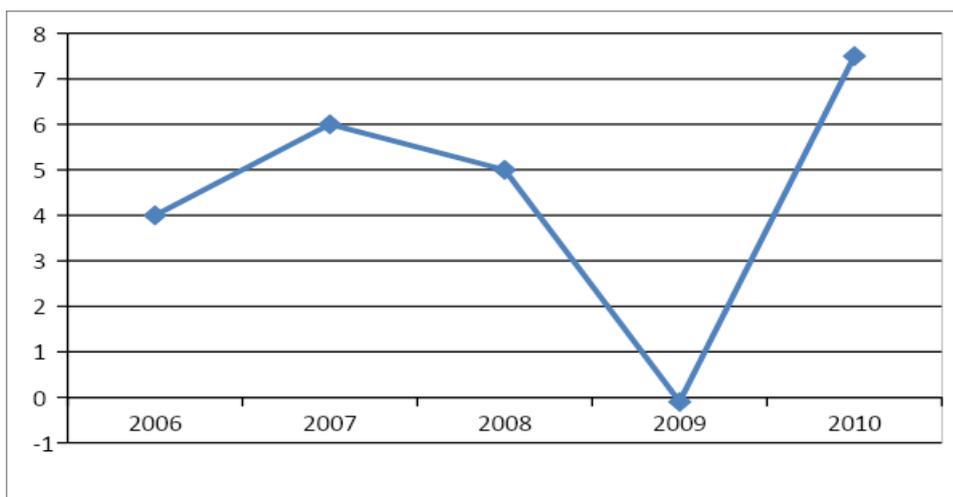
FONTE: Retirada do texto Barbosa (2013, p.99) para 2002 – 2011.

Como já mencionado as políticas sociais foram de suma importância e bem

marcante durante o governo. Como mostra na figura 8, a taxa de indivíduos na pobreza apresentou uma queda. O aumento na empregabilidade das classes mais pobres como mostra na figura 7, impacta de forma direta na redução da taxa de pobreza.

No campo monetário, o BCB fez com que a Selic caísse para 11,5% em setembro de 2007, através de uma ação que duraram dois anos e que foi iniciada em setembro de 2005, no qual, reduziu a taxa básica de juros. Assinalando assim uma nova postura do BCB, consequente de três fatores externos à política monetária. O primeiro foi em 2006, neste período ocorreu uma grande expansão agrícola Brasileira e em relação aos preços internacionais dos alimentos registrou um comportamento favorável durante todo o ano, gerando assim uma “ancora verde” para inflação que marcou em queda de 2005 (5,7%) para 2006(3,1%). E segundo lugar mesmo com a queda da inflação em 2005 o governo optou por manter sua postura em relação à meta de inflação, mantendo – se em 4,5% ao ano. Em terceiro lugar a partir de 2007 com os preços das commodities subindo impactaram, impactaram a taxa de câmbio Brasileira, causando assim a sua apreciação. (BARBOSA, 2013)

**FIGURA 14: PIB 2000-2012**



FONTE: IBGE para os anos 2000 - 2012

Percebe – se reflexo da política macroeconômica a economia reagiu rápido. Houve um crescimento do PIB como mostra a figura acima. O declínio 2008 deve – se o impacto da crise internacional. Observa – se um grande pico no ano 2010

A aceleração do crescimento da economia só começou a enfrentar problemas em 2008, quando a elevação dos preços internacionais das commodities ganhou caráter de bolha especulativa e passou a pressionar a inflação para cima, no Brasil e no mundo. Devido à redução das taxas de juros por parte dos EUA e à pressão de demanda decorrente do acelerado crescimento da China, o aumento nos preços das commodities foi tão alto no primeiro semestre de 2008 que superou a apreciação do real e, dessa forma, aumentou a “inflação importada” pelo Brasil do resto do mundo. No campo doméstico também houve aumento nas pressões inflacionárias no setor de serviços, que, por não estar sujeito à concorrência internacional, sentia mais o impacto da aceleração do crescimento e das políticas do governo de combate à pobreza e valorização do salário mínimo. (BARBOSA, 2013, p; 76)

O BCB teve que elevar a Selic em abril de 2008, devido a um aumento da inflação no início do ano. Subindo assim a taxa básica de juros de 11,5% para 13,75% ao ano. A última elevação da Selic aconteceu em setembro de 2008, dias antes da quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, o que transformaria por completo o cenário macroeconômico no Brasil e no mundo. (BARBOSA, 2013)

A conduta mais sensata do BCB no comando da política monetária foi à queda da taxa básica de juros real de 11,2% ao ano, entre 2003 e 2005, para 8,3% nos anos 2006 e 2008. Esta redução ocorreu devido à diminuição da inflação, mesmo assim seguida pela apreciação da moeda Brasileira em consequência do cenário internacional. (BARBOSA, 2013)

No final de 2008 foi consta uma depreciação do real, apesar disto, o triênio de 2006 a 2008 foi marcado por uma diminuição relevante da taxa de câmbio real Brasileira, no qual, houve uma queda de 20% no período. (BARBOSA, 2013)

Partir de 2006, com a política mais expansionista assumida pelo governo Lula, elevou a receita tributária do governo ocasionada pela própria aceleração do crescimento da economia. O que não provocou uma redução significativa no resultado primário do governo federal. (BARBOSA, 2013)

O favorável comportamento fiscal no período de 2006 a 2008 junto com os efeitos positivos da redução na taxa de juros e do maior crescimento do PIB gerou uma redução da dívida líquida do setor público, que atingiu 39% do PIB no final de 2008. Sendo que parte da queda se deu devido à depreciação da taxa de câmbio no final de 2008. (BARBOSA, 2013)

No ano de 2008, diferente dos anos 1990 e início de 2000, o governo em relação às turbulências internacionais era mais estável a choques externos não é o governo mais estável a choques externos e sim a política econômica adotada pelo governo tornou a economia mais resistente a choques externos e com isto poderia adotar política de combate aos efeitos da crise internacional. (BARBOSA, 2013)

Pela primeira vez em muitas décadas o governo federal adotou uma estratégia de apoio à formação de capital por parte do setor privado, ao mesmo tempo em que, aumentou o investimento público em infraestrutura. (BARBOSA, 2013)

A PAC incrementa o aumento do investimento e também envolve uma porção de desonerações tributárias a fim de estimular o investimento privado e o progresso do mercado de consumo massa no Brasil. (BARBOSA, 2013).

Barbosa (2013, p78.) ainda complementa:

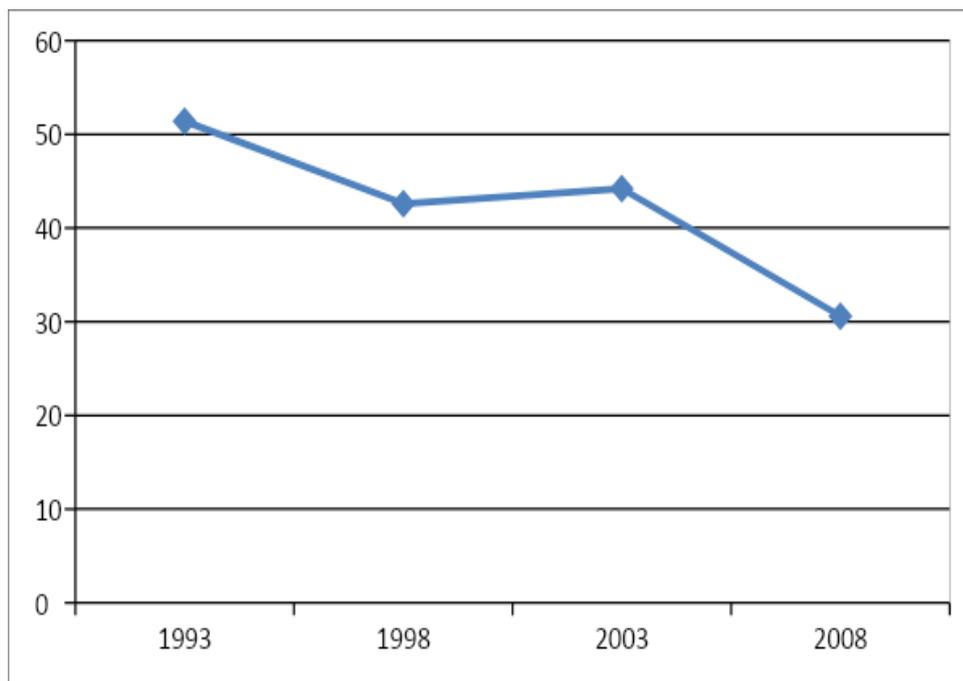
As desonerações do PAC foram ampliadas em 2008, por ocasião do lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Considerando o conjunto do PAC e da PDP, as desonerações para o setor produtivo foram efetivadas mediante aproveitamento mais rápido de créditos tributários por investimentos, depreciação acelerada de investimentos, e redução do

Em 2007 e 2008 como os planos tributários compreendiam as desonerações da folha de pagamentos, com a finalidade de que as empresas Brasileiras ficassem mais competitivas, em particular em áreas mais intensivos em trabalhos. (BARBOSA, 2013)

Com o fim da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), ocasionou uma robusta influência ao crescimento da demanda agregada, no cenário no qual a economia dispensava incentivos adicionais. Como forma de resposta a este choque expansionista, o governo Lula aumentou a alíquotas do IOF e da CSLL dizer por extenso o que significa, quando for à primeira vez no texto, a fim de remodelar parcialmente sua receita fiscal, principalmente para evitar um aumento explosivo da demanda agregada. Barbosa (2013, p.79) ainda complementa: “Não obstante esta ação restritiva, do ponto de vista da inflação, o impulso fiscal ao crescimento da economia dado pelo fim da CPMF também foi um dos motivos que acabou levando o BCB a aumentar a Selic em 2008. ”.

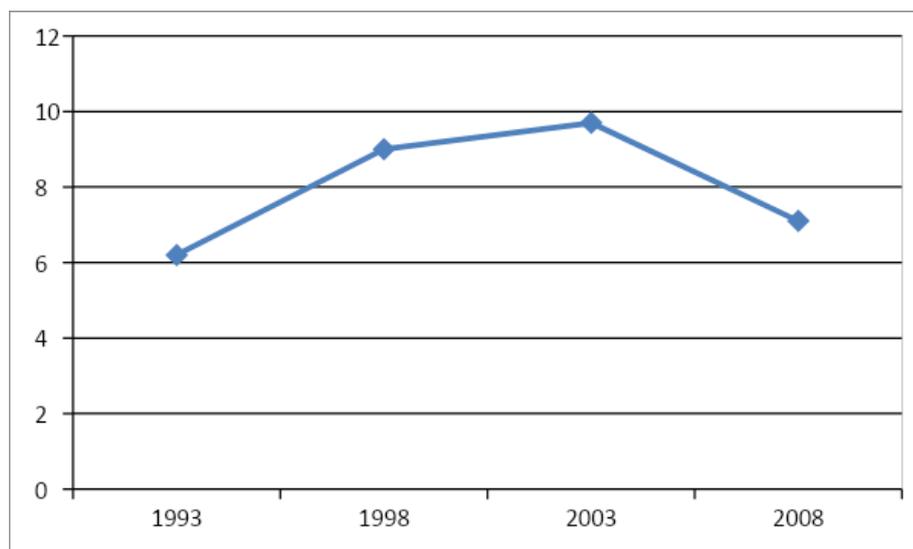
Um rápido comparativo feito entre os dois mandatos de FHC e os dois de Lula. Observa-se como já mencionado acima uma redução tanto na taxa de desemprego quando na taxa de pessoas de baixa renda.

**FIGURA 15:** Proporção de pessoas com baixa renda do Brasil ANOS 1993, 1998, 2003 E 2008



Fonte; Ripasa para 1993, 1998,2003 e 2008.

**FIGURA 16:** taxa de desemprego na população de 10 ou mais anos de idade Brasil anos 199, 1998, 2003 e 2008.

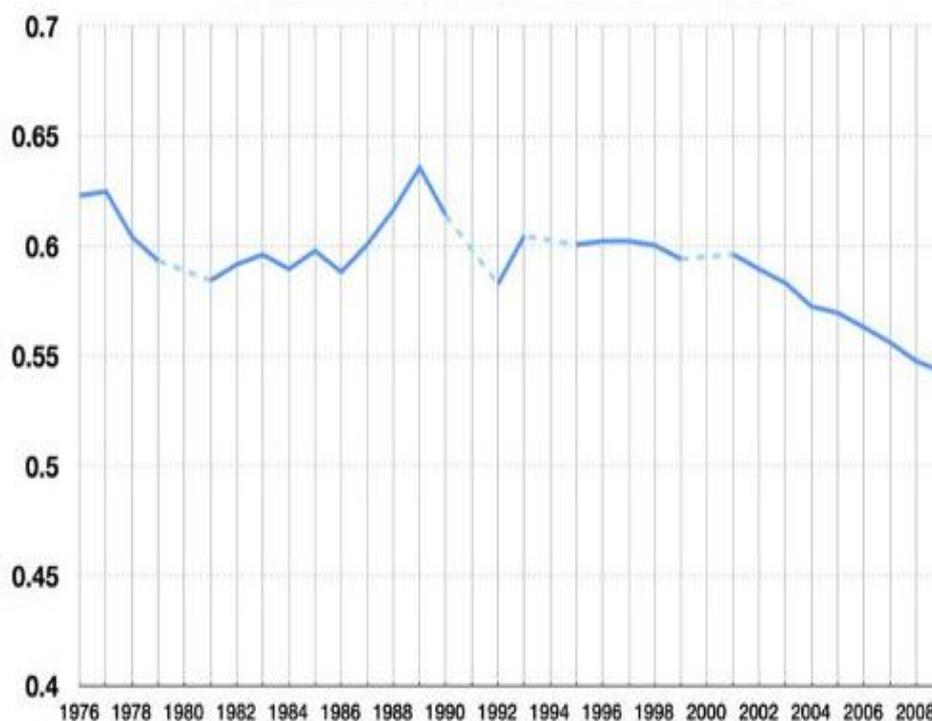


Fonte; Ripasa para 1993, 1998,2003 e 2008.

Observado durante o governo de FHC além de aumento da taxa de pessoas de baixa renda observa-se também outro problema a taxa de desemprego. Já o governo Lula apresentou dados contrários. O aumento das pessoas no mercado de trabalho foi acompanhado pela melhora do PIB. Houve um aumento de circulação de renda. A diminuição das pobres também é reflexa de programas sociais, com isto, melhorou o mercado interno e o consumismo.

Observa-se que durante o governo FHC a desigualdade permaneceu praticamente intacta com uma leve alteração. Novamente o contrario do governo Lula, que mostra uma queda de forma clara, o que fica novamente evidenciado que durante o seu governo houve uma redução na taxa de desigualdade.

**FIGURA 17:** Desigualdade econômica do Brasil (GINI)



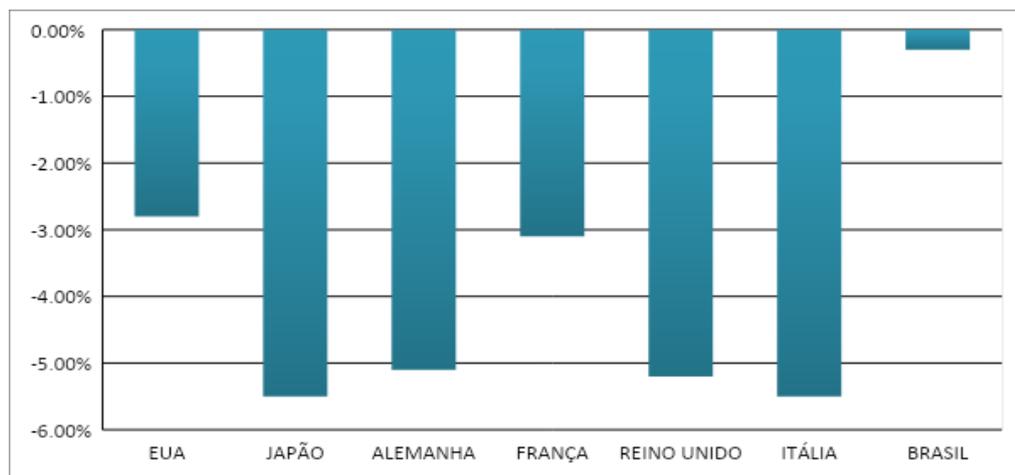
Fonte: Datasses para os anos pares de 1976 – 2008.

## CRISES

Uma das consequências da quebra do banco Lehman Brothers foi à restrição de crédito na economia mundial. O sistema bancário mundial adotou uma postura defensiva de contenção de crédito e fuga para ativo de menor risco, uma vez, que as instituições bancárias dos EUA e na Europa apresentavam dúvidas sobre a solvência. (BARBOSA, 2013)

A crise tomou proporções mundiais, atingindo as seis maiores economias desenvolvidas. Como mostra o quadro abaixo, as grandes economias tiveram um déficit no PIB e se observamos o Brasil também deve um pequeno déficit.

**FIGURA 18:** PIB das economias mundial no período da crise.



Fonte: Elaborada pela autora com os dados do livro ordem e progresso

Inicialmente o Brasil foi atingido de duas maneiras. Um estreitamento inesperado e considerável da oferta de crédito e uma enorme insegurança sobre a solvência de determinados grupos empresariais exportadores. A quebra do Lehman Brothers produziu um cenário de dúvida em relação às condições de solvência da grande empresa exportadora no Brasil. Em um período de baixa na captação internacional por parte de bancos Brasileiros, gerando uma delicada redução creditícia no país no final de 2008. (BARBOSA, 2013)

Impacto da crise internacional sobre o Brasil ocorreu pelo canal de comércio exterior, devido à queda no volume de comércio internacional e à redução abrupta dos preços das commodities geradas pela recessão nos países avançados. Como os valores do real e do mercado acionário Brasileiro estavam intensamente associados aos preços internacionais das commodities, a quebra do Lehman Brothers foi seguida de uma forte redução do valor das ações Brasileiras e uma depreciação rápida e substancial da taxa de câmbio. Esses dois movimentos geraram perdas patrimoniais para o setor privado Brasileiro, que, por sua vez, respondeu à crise com o adiamento ou mesmo cancelamento de investimentos no final de 2008 e início de 2009. Para completar o quadro, o clima generalizado de incerteza econômica e o impacto recessivo da depreciação cambial sobre o poder de compra das famílias Brasileiras também resultou numa desaceleração do crescimento do consumo privado. (BARBOSA 2013, p.80)

Levando em conta números com ajuste sazonal, foi observado, em apenas seis meses, uma queda de 5% do PIB. Com isto gerou-se incertezas sobre a capacidade do Brasil em retomar uma trajetória de expansão econômica no médio prazo, uma vez que os analistas de mercado tinham como parâmetro a postura na qual o Brasil respondia às turbulências internacionais, as décadas passadas, no qual a postura do Brasil não foi bem vista. (BARBOSA, 2013).

O governo Lula assumiu uma atitude diferente da história recente do país, mesmo indo contra as perspectivas de mercado. O governo adota medidas expansionistas tanto na área fiscal como na monetária e creditícia, sendo uma política de combate aos efeitos da crise internacional. (BARBOSA, 2013)

No setor financeiro, o governo expandiu a liquidez, tanto em moeda doméstica quanto em moeda estrangeira, para bancos e empresas Brasileiras. Ele assumiu esta postura como forma de combater a restrição de crédito. O governo decidiu não alterar seu programa de despesa primária entre 2009 e 2012, mesmo em uma situação de baixo crescimento da receita primária. (BARBOSA, 2013)

No setor tributário, o governo promoveu uma série de desonerações com a finalidade de impedir um declínio maior no nível de atividade econômica, no final de 2008 e início de 2009, possibilitando assim uma recuperação mais rápida do consumo e investimento. (BARBOSA, 2013)

No campo creditício, como forma de combater a crise, o governo expande a oferta de empréstimo por parte do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e principalmente o BNDES. (BARBOSA, 2013)

Em 2009 o governo lança o programa MCMV (Minha Casa Minha Vida). Este é um amplo programa de investimento habitacional, no qual tem como foco ampliar o acesso da população de baixa renda à moradia. (BARBOSA, 2013)

Estes conjuntos de ações proporcionaram efeito rápido na recuperação da economia Brasileira. Mesmo com a queda de 0,6% em 2009, o crescimento na segunda metade de 2009 começou a se recuperar. A recuperação continuou no início de 2010, ano em que o Brasil registrou 7,5% de crescimento. (BARBOSA, 2013)

Barbosa (2013, p.84) ainda complementa: “Mais especificamente, uma vez passado o choque inicial da quebra do Lehman Brothers e iniciada a forte expansão de liquidez por parte dos países centrais, o capital externo voltou a fluir para o Brasil, atraído tanto pela recuperação da economia quanto pela taxa básica de juro do país, ainda alta. ”.Em 2010 houve uma elevação dos preços das commodities e apreciação do real, observou-se uma intensiva entrada de capitais externos. Logo depois da absorção inicial da crise de 2008 ocasionada pelas perdas patrimoniais. Observou – se que a elevada liquidez inserida na economia do mundo pelos bancos centrais dos EUA, Europa e Japão refletiu em um cenário conveniente ao aumento no preço das commodities, e também por causa do reestabelecimento da demanda chinesa por insumos básicos. (BARBOSA, 2013)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, observou que com o sucesso do Plano Real, esperava um bom desempenho macroeconômico. O que não foi observado durante o governo de FHC. O plano Real não foi capaz de tirar o país da linha de risco e muito menos promover o crescimento de desenvolvimento econômico.

Após as eleições de 2002, o governo Lula assumiu. Nos primeiros anos de mandato já se observa uma nova postura do governo, oposto a visão neoliberal. O governo Lula (2003-2010), a política melhorou vários indicadores socioeconômicos.

Em síntese, o Brasil melhorou sua credibilidade internacional e cenário externo proporcionou elevação termos de troca. Assim sendo percebe – se presenciou durante todo seu mandato um superávit na balança de pagamento. Mesmo com a crise mundial em 2008, não se registrou déficit. Para estimular o crescimento foram presenciado algumas medidas como melhor distribuição de renda. O que em contrapartida expandiu o emprego, o consumo, a produtividade, investimento, educação, a oportunidade e devolveu a dignidade a milhões de brasileiros beneficiados. Em 2003 o programa abrigava 3,6 milhões de famílias chegando em 12,8 milhões em 2010. As melhoras no quadro econômico resultaram em um processo de inclusão social. Reduziu a taxa de desemprego, aumentou salários reais, ampliou o crédito a população, melhora do PIB, melhora da conta corrente, melhora do IDH, diminui número de pessoas em extrema pobreza, melhora no índice de GINI e atraiu investimento.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013. P. 69 - 109

GOUVEIA, V.A, A macroeconomia brasileira recente e seus desafios. In: **Academos Revista Eletronica da Fia**, Vol. I N. 1 Jul – Dez / 2005 pp. 1809-3604. Disponível:< [http://intranet.fainam.edu.br/aceso\\_site/fia/academos/revista1/artigos\\_resenhas/8\\_ar\\_EconomiaBrasileira\\_11.pdf](http://intranet.fainam.edu.br/aceso_site/fia/academos/revista1/artigos_resenhas/8_ar_EconomiaBrasileira_11.pdf) >

TEIXEIRA, R.A, PINTO, E.C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. In: **UFRJ**, Texto para discussão 006/2012. Disponível: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400009&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182012000400009&script=sci_abstract&tlng=pt) >

WERNECK, R.L.F. Alternância Polícia, redistribuição e crescimento, 2003 – 2010. In: **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. P.357 - 381.